

Destinatários:

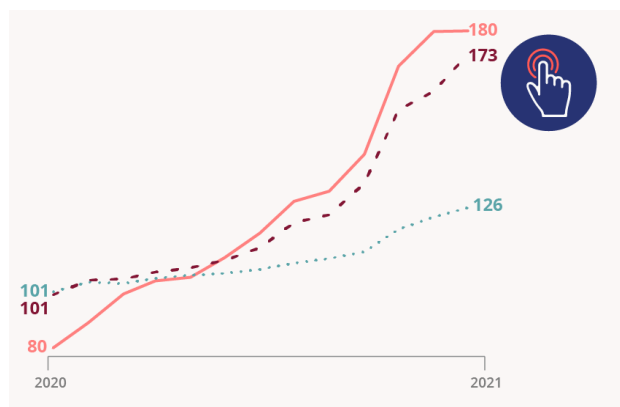
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

133 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 05/09 a 09/09/2022

1. PREÇO DA ENERGIA - CONSELHO DE MINISTROS DA UE	1
2. BANCO CENTRAL EUROPEU - TAXAS DE JURO	3
3. INVASÃO RUSSA DA UCRÂNIA	3
4. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
ECON	4
PEGA	5
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR PESC/PCSD	5
6. COMISSÃO EUROPEIA ESTRATÉGIA EUROPEIA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS	5
7. COMISSÃO EUROPEIA APLICAÇÃO LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	6
8. COMISSÃO EUROPEIA SUSPENSÃO ACORDO EMISSÃO VISTOS RÚSSIA	6
9. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO - ROTEIRO ATÉ 2024	6
10. HUNGRIA - OCDE	7
11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Reunião informal dos ministros da Saúde	7
Eurogrupo	7
Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças	7
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. PREÇO DA ENERGIA - CONSELHO DE MINISTROS DA UE

Tal como demos nota na [síntese passada](#), um dos principais temas na atualidade da União Europeia (UE) é o **aumento dos preços da energia que a Europa tem registado desde 2021**, agravado pela [invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022](#). Sobre esta matéria, o Conselho da UE disponibilizou uma cronologia sobre a subida dos preços (disponível [aqui](#)), bem como uma descrição dos fatores na sua origem ([aqui](#)), incluindo uma infografia detalhada ([aqui](#)) sobre o aumento dos preços da energia em 2021.



[Ver infografia completa](#)

Aqui pode ler-se, por exemplo, que embora esta evolução dos preços fosse previsível no contexto da recuperação económica pós-COVID-19 e da flexibilização das restrições de viagem, os preços da energia aumentaram mais do que o esperado, devido a vários fatores:

- o aumento sem precedentes dos preços do gás nos mercados mundiais – mais de 170 % em 2021
- um inverno longo e frio no início de 2021, de que resultou um aumento da utilização do aquecimento, seguido de um verão prolongado e quente com uma maior utilização de dispositivos de arrefecimento, o que fez aumentar a procura de energia
- o aumento da procura de gás natural liquefeito e a consequente subida acentuada.

O Instituto [Bruegel](#) publicou esta semana um *briefing* sobre a crise energética na UE e possíveis cenários para a ultrapassar, cuja leitura é essencial para contextualizar esta matéria (disponível [aqui](#)). No seu encontro anual, esta matéria foi um dos pontos centrais dos debates ([aqui](#)).

Assim sendo, e após o *non-paper* da Comissão Europeia sobre "*intervenções de emergência a curto prazo para fazer face à procura de eletricidade e aos preços elevados da eletricidade*" (disponível [aqui](#)), a Presidente da Comissão Europeia fez uma [intervenção](#) esta semana, em que anunciou que serão propostas cinco medidas no imediato:

1. **Poupança inteligente de electricidade:** segundo a Comissão se olharmos para os custos da electricidade, verificamos que há picos de procura, o que encarece o preço do gás. Portanto, a Comissão visa aplanar a curva e evitar os picos de procura, através de um objectivo obrigatório para reduzir a utilização de electricidade nas horas de ponta;
2. **Limite máximo para as receitas das empresas que produzem electricidade com baixos custos:** a Comissão nota que as fontes de energia de baixo carbono estão atualmente a gerar enormes receitas, porque têm custos baixos mas preços elevados no mercado. A Comissão considera que os consumidores devem beneficiar dos baixos custos das fontes de energia com

baixo teor de carbono, propondo que estes lucros inesperados sejam canalizados de novo para os Estados-Membros, para que estes possam apoiar as famílias e empresas vulneráveis;

3. **Limite máximo para os lucros inesperados das empresas de combustíveis fósseis**, obtidos também pelas empresas petrolíferas e de gás;
4. **As empresas de serviços públicos de energia devem ser apoiadas** para poderem lidar com a volatilidade dos mercados, nomeadamente em termos de segurança dos mercados de futuros e de liquidez. A Comissão propõe facilitar o apoio à liquidez por parte dos Estados-Membros às empresas de energia, atualizando o quadro temporário e permitindo que as garantias estatais sejam entregues rapidamente.
5. **Com o objetivo de baixar os custos do gás**, será proposto um preço máximo para o gás russo, de modo a diminuir as receitas da Rússia, utilizadas para financiar a sua guerra atroz na Ucrânia. E agora o nosso trabalho dos últimos meses compensa realmente.

Este pacote de medidas, juntamente com uma nota circulada pela Presidência checa do Conselho da UE (disponível [aqui](#)), foi a base do **debate realizado no Conselho de Ministros da Energia**, realizado a 9 de setembro (nota de enquadramento [aqui](#)), sendo que as posições dos Estados-Membros permanecem distantes durante a semana (detalhe [aqui](#)). Neste Conselho, os ministros da Energia da UE realizaram dois **debates**: i) sobre possíveis medidas de emergência para atenuar os elevados preços da energia; ii) ponto da situação do estado de preparação de cada país para o próximo inverno.

Os principais resultados estão disponíveis [aqui](#) e a Presidência checa disponibilizou um **sumário das discussões**, disponível [aqui](#).

A discussão transmitiu **quatro áreas principais nas quais os Estados-Membros esperam que a Comissão actue**: a limitação das receitas dos produtores de electricidade que enfrentam baixos custos de produção; um possível limite de preços para o gás; medidas para uma redução coordenada da procura de electricidade em toda a UE; medidas que ajudariam a resolver a questão da diminuição da liquidez.

Sobre o estado de preparação de cada país para este Inverno, notou-se que os Estados-membros da UE levaram a cabo várias ações tanto a nível nacional como da UE: adoptaram um regulamento para encher os depósitos de gás e partilhá-los num espírito de solidariedade, diversificação das fontes de abastecimento e comprometeram-se a reduzir a procura de gás em 15% este Inverno. Apesar dos recentes desenvolvimentos, e em particular do corte dos fluxos de gás russo via Nordstream I, as **reservas subterrâneas de gás da UE foram preenchidas em 82,5% da sua capacidade**, muito antes do prazo de 1 de Novembro estabelecido no regulamento relativo ao armazenamento de gás.

Numa outra nota, destacamos ainda, a entrevista do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes, ao *Político* esta semana. Aqui, além de uma menção às prioridades de Portugal para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2023 ([aqui](#)), refere-se que Portugal quer que a UE prorrogue o prazo do fundo de recuperação da COVID além de 2026, que estabeleça um sucessor permanente do [instrumento SURE](#), e considere um orçamento comum para a zona euro.

No que diz respeito às prioridades mais imediatas, Tiago Antunes identificou uma necessidade muito mais "realista": "*Interconexões para o gás natural*", ligando a Península Ibérica (que tem acesso a gasodutos de Marrocos e da Argélia, mais sete terminais de Gás Natural Liquefeito) com a Europa Central. Referiu que "*Se queremos encontrar verdadeiras alternativas aos combustíveis fósseis vindos da Rússia*" esta é realmente uma solução óbvia, acrescentando que o gasoduto deveria ser construído de forma a poder também transportar hidrogénio como uma alternativa verde ao gás natural. O detalhe mais completo da entrevista pode ser lido [aqui](#).

2. BANCO CENTRAL EUROPEU - TAXAS DE JURO

Esta semana, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu **aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE em 75 pontos base**, justificando esta medida com a necessidade de antecipar “a transição do nível extremamente acomodaticio prevalente das taxas de juro diretoras para níveis que assegurarão um regresso atempado da inflação ao objetivo de 2% a médio prazo”. O detalhe das medidas está disponível no discurso da Presidente do BCE, Christine Lagarde ([aqui](#)), e no comunicado de imprensa ([aqui](#)).

Nesta comunicação, e com base na sua atual avaliação, o Conselho do BCE espera, nas próximas reuniões, voltar a aumentar as taxas de juro para atenuar a procura e prevenir o risco de uma persistente deslocação em sentido ascendente das expectativas de inflação, que permanece demasiado elevada, sendo provável que se mantenha acima do objetivo durante um período prolongado. De acordo com a estimativa provisória do Eurostat, a inflação atingiu 9,1% em agosto, devido a fatores como a subida muito acentuada dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares, as pressões da procura em alguns setores, devido à reabertura da economia, e os estrangulamentos da oferta. Numa análise prospetiva, os especialistas do BCE reviram significativamente em alta as suas projeções para a inflação, esperando-se agora que esta seja, em média, **de 8,1% em 2022, 5,5% em 2023 e 2,3% em 2024**.

Após uma retoma no primeiro semestre de 2022, espera-se agora uma estagnação da economia na parte final do ano e no primeiro trimestre de 2023, estimando o BCE que a economia registe uma taxa de **crescimento de 3,1% em 2022, 0,9% em 2023 e 1,9% em 2024**.

As vulnerabilidades duradouras causadas pela pandemia ainda representam um risco para a transmissão regular da política monetária. Por conseguinte, o Conselho do BCE continuará a aplicar flexibilidade no reinvestimento dos reembolsos previstos no âmbito da carteira do programa de compra de ativos devido a emergência pandémica (pandemic emergency purchase programme – PEPP), a fim de contrariar os riscos para o mecanismo de transmissão relacionados com a pandemia.

3. INVASÃO RUSSA DA UCRÂNIA

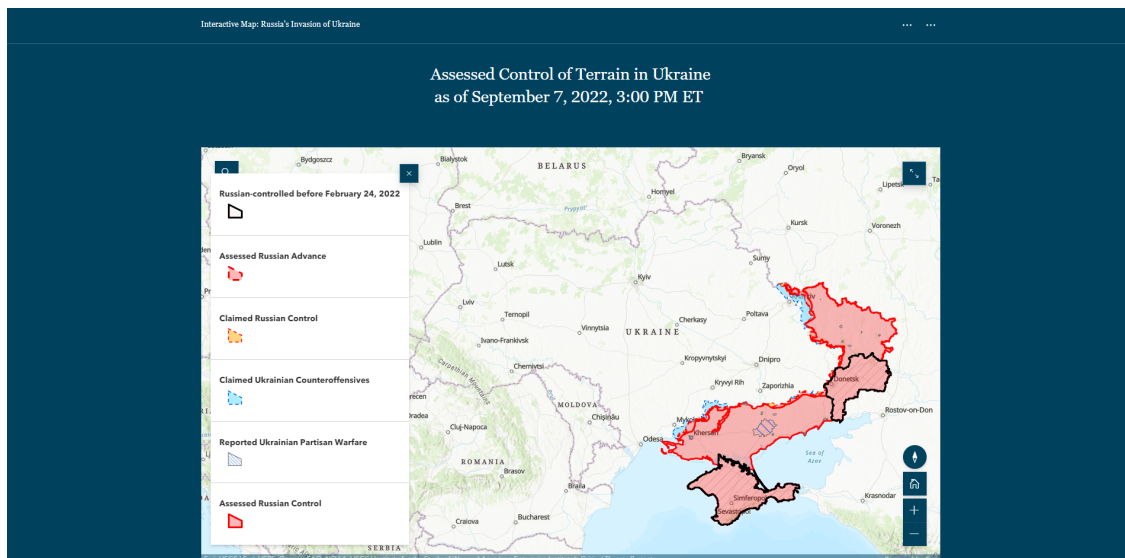
Mais de seis meses após a invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, publicou esta semana um editorial no Financial Times (disponível [aqui](#)), em que considera que *“Há tempos difíceis pela frente, mas já enfrentámos tempos difíceis juntos antes. O custo de não defendermos os nossos valores é sempre maior. Para o futuro da Ucrânia e para o nosso, temos de nos preparar para a guerra de Inverno e manter o rumo.”*

Nota, ainda, que *“Enfrentamos um semestre difícil, com a ameaça de cortes de energia, perturbações e talvez até agitação civil. Mas temos de manter o rumo e fazer frente à tirania - para o bem da Ucrânia e para o nosso.”* Recorda que *“O preço que pagamos para apoiar a Ucrânia também beneficia a nossa própria segurança. Vladimir Putin declarou claramente que quer limpar o país do mapa e reescrever a ordem de segurança europeia. A Rússia ocupa temporariamente cerca de 20 por cento da Ucrânia - quatro vezes o tamanho da Bélgica, ou metade do Reino Unido. Encorajada por qualquer sucesso, a Rússia poderia arriscar-se a uma nova agressão contra outros vizinhos, e mesmo um ataque contra os aliados da NATO.”* Finalmente, refere que *“estamos a fazer a mudança mais fundamental na dissuasão e defesa da NATO desde a guerra fria, aumentando significativamente a nossa presença no flanco oriental, colocando centenas de milhares de tropas em maior prontidão e continuando a investir em capacidades de ponta. As garantias de segurança da NATO não deixam margem para erros de cálculo em Moscovo sobre a nossa capacidade de defender cada centímetro do território da aliança. Ao mesmo tempo, elas permitem aos aliados apoiar o direito da Ucrânia à autodefesa.”*

O Secretário-Geral da NATO faz ainda alusão ao impacto das sanções no acesso da Rússia aos semicondutores e chips avançados de que necessita para a sua indústria automóvel, aviões e esforços de guerra, algo que o *Politico* também dedicou um editorial esta semana ([aqui](#)).

O Presidente da Federação russa, Vladimir Putin, fez um discurso esta semana no [Eastern Economic Forum](#), em Vladivostok, disponível [aqui](#) e onde criticou o acordo feito sobre a exportação de cereais da Ucrânia e considerou que as sanções impostas à Rússia ameaçam a economia mundial.

Finalmente, recordamos que o Instituto para os Estudos da Guerra faz um acompanhamento diário da situação militar (disponível [aqui](#)), incluindo um mapa interativo sobre as disputas territoriais ([aqui](#)).



4. ATIVIDADES DAS COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

ECON

O Ministro das Finanças de Portugal, Fernando Medina, participou num [Diálogo Económico](#) com membros da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, tendo sido trocadas opiniões sobre os progressos realizados por Portugal no âmbito da vigilância pós-programa. Este diálogo faz parte de uma série de trocas de pontos de vista com vários Estados-Membros, com base no regulamento relativo ao *reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros da zona euro que enfrentam ou ameaçam enfrentar sérias dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira*. Estes diálogos já tiveram lugar com o Chipre, Espanha, Irlanda e Grécia. Na [troca de opiniões](#), Fernando Medina salientou a necessidade de os países da UE enfrentarem juntos os desafios económicos, colocarem os princípios da liberdade e democracia em primeiro lugar no contexto da agressão da Rússia na Ucrânia e das acções da Rússia nos mercados da energia, assim como referiu a evolução de Portugal na recuperação, com um forte aumento do PIB previsto para 2022 e o sexto défice mais baixo da UE. Os deputados pediram detalhes sobre as medidas adotadas em Portugal para auxiliar os cidadãos durante a crise da inflação, formas de dissociação dos preços da eletricidade e do gás e sobre o imposto especial sobre empresas energéticas.

O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#) e uma nota de enquadramento para o debate [aqui](#).

PEGA

A Comissão de Inquérito para Investigar a Utilização do Software Espião de Vigilância Pegasus e Equivalentes realizou uma [audição pública na qual ouviu jornalistas gregos sobre as suas experiências como alvo de spyware e investigadores de casos de vigilância](#), discutindo esta questão com funcionários do governo grego. Os deputados concordaram com a necessidade de investigar urgentemente as empresas de *spyware*, apontando as consequências negativas para a democracia, liberdade da comunicação social e liberdade de expressão. Referiram ainda que os cidadãos da UE necessitam de maior transparência neste assunto.

5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | PESC/PCSD

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência checa do Conselho da União Europeia, teve lugar no início desta semana, em Praga, a [Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa \(PESC/PCSD\)](#). A delegação da Assembleia da República foi composta pelos Deputados Marcos Perestrello (PS) e Rui Vilar (PSD), da Comissão de Defesa Nacional, Deputada Edite Estrela (PS) e Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e os Deputados Jorge Seguro Sanches (PS) e Paulo Moniz (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus. Os quatro debates da Conferência focaram as prioridades da PESC/PCSD e, particularmente, a Bússola Estratégica da UE, a situação na Ucrânia, as formas de apoio político e reconstrução, a política de alargamento da UE, com destaque para os Balcãs Ocidentais e Parceria Oriental, questões relativas à desinformação, ameaças híbridas e ciberdefesa.

Os co-presidentes elaboraram uma declaração conjunta, disponível [aqui](#). O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA | ESTRATÉGIA EUROPEIA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

A Comissão Europeia apresentou a [Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados](#), que visa assegurar serviços de prestação de cuidados de qualidade, acessíveis e a preços comportáveis em toda a União Europeia e melhorar a situação, tanto dos beneficiários de cuidados como das pessoas que lhes prestam cuidados, a título profissional ou informal. A estratégia é acompanhada de duas recomendações dirigidas aos Estados-Membros sobre: [a revisão das metas de Barcelona em matéria de educação e acolhimento na primeira infância](#) e [o acesso a cuidados de longa duração de elevada qualidade a preços comportáveis](#). A [Comissão propõe](#) assim ações concretas para apoiar os Estados-Membros no **aumento do acesso a serviços de prestação de cuidados de qualidade, com preços acessíveis**, e permitindo a melhoria das condições de trabalho e conciliação da vida profissional e familiar dos cuidadores. No caso da **educação e acolhimento na primeira infância**, a Comissão sugere que os Estados-Membros revejam as metas nesta matéria, por forma a reforçar a participação das mulheres no mercado de trabalho - metas de Barcelona - de modo a que, em 2030, pelo menos 50% das crianças com menos de três anos frequentem a educação e acolhimento na primeira infância e 96 % das crianças entre os três anos e a idade de início do ensino primário obrigatório estejam na educação e acolhimento na primeira infância, tal como já acordado no [quadro do Espaço Europeu da Educação](#). Recomenda ainda que elaborem planos nacionais de ação para, no caso de cuidados de longa duração, torná-los mais acessíveis, garantindo que estes sejam atempados, abrangentes e a preços comportáveis, aumentando a oferta e variedade, apoiando os cuidadores informais e mobilizando financiamento adequado e sustentável. Quanto às **condições de trabalho justas e formação para o pessoal** do setor da

prestação de cuidados, recomenda que os Estados promovam a negociação coletiva e diálogo social, garantam os mais elevados padrões de saúde e segurança no trabalho, concebam ações de educação e formação contínuas, combatam os estereótipos de género e ratifiquem e apliquem a Convenção n.º 189 da OIT relativa aos trabalhadores do serviço doméstico, enquanto a Comissão procurará, entre outros, promover parcerias em matérias de competências, financiar projetos de investigação e rever as normas da UE que regem as condições de trabalho.

A seção de perguntas e respostas sobre o tema pode ser encontrada [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA | APLICAÇÃO LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Comissão publicou ainda a terceira série de relatórios resultantes do [reexame da aplicação da política ambiental](#), permitindo identificar tendências comuns a nível da UE com base em 27 relatórios por país. Conclui-se assim pela [diminuição da biodiversidade, progressos lentos no que se refere à água, diferenças entre os Estados-Membros no que se refere à economia circular](#), etc. A seção de [perguntas e respostas](#) complementa a informação sobre esta matéria.

8. COMISSÃO EUROPEIA | SUSPENSÃO ACORDO EMISSÃO VISTOS RÚSSIA

No seguimento do acordo político alcançado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros sobre uma via comum e coordenada em relação à emissão de vistos aos cidadãos russos, a [Comissão Europeia propôs a suspensão total do acordo entre a UE e a Rússia sobre a facilitação da emissão de vistos](#). Apresentou igualmente uma proposta sobre o **não reconhecimento dos passaportes russos emitidos nas zonas ocupadas da Ucrânia**. Para pôr termo ao acesso privilegiado dos cidadãos russos à UE, os requerentes serão confrontados com emolumentos de visto mais elevados, tempo de tratamento mais longo, regras mais restritivas em relação aos vistos de entradas múltiplas e lista mais longa de documentos comprovativos. A Comissão elaborou também sobre este tema uma seção de [perguntas e respostas](#).

9. PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO - ROTEIRO ATÉ 2024

O Parlamento Europeu e a Presidência Checa do Conselho da UE formalizaram esta semana um "Roteiro" sobre o "Pacto sobre migrações e asilo", no qual ambas as partes se comprometem a envidar todos os esforços para adoptar todos os textos legislativos do "Pacto sobre Asilo e Migração" até Fevereiro de 2024, antes das eleições europeias de 2024.

O 'Roteiro', disponível [aqui](#), envolve assim todas as próximas Presidências do Conselho da UE (Suécia, Espanha, Bélgica), bem como a Presidência francesa, que tinha começado a elaborar este 'Roteiro' por iniciativa do PE, e em particular Renovar a Europa, no início de 2022.

"A fim de respeitar o compromisso comum de concluir a reforma durante o actual ciclo legislativo, as negociações sobre os respectivos dossiers deverão estar concluídas até Fevereiro de 2024. Isto implicaria que as negociações entre os co-legisladores deveriam começar o mais tardar até ao final de 2022. Acreditamos que combinando os nossos esforços, a União pode fazer progressos reais e alcançar resultados antes do final da actual legislatura", referem a Presidência Checa, a Comissão e o PE numa declaração conjunta emitida a 7 de Setembro.

Recorde-se que, o [Pacto sobre Migrações e Asilo](#), apresentado em Setembro de 2020, contém regulamentos sobre gestão de asilo e migração, procedimentos de asilo na fronteira, a base de dados Eurodac, a gestão de situações de crise e de força maior e o regulamento sobre o rastreio dos migrantes.

O "Roteiro" também abrange os ficheiros pendentes do antigo "Pacote Asilo" publicado em 2016, incluindo a Directiva de Qualificação, a Directiva sobre as Condições de Acolhimento e o Regulamento de Reinstalação, que foram objecto de acordos parciais.

O "comboio legislativo" do PE dá nota do ponto de situação dos vários dossiês e pode ser consultado [aqui](#).

10. HUNGRIA - OCDE

Temos dado nota em Sínteses anteriores (e.g. Síntese n.º [n.º 97](#) e [107](#)) dos desenvolvimentos a nível da UE para implementar o **Acordo Global no âmbito do G20 sobre a reforma da tributação internacional** que tem vindo a ser trabalhada ao nível da OCDE (dossiê completo [aqui](#)). A Comissão Europeia emitiu, na altura, uma [declaração](#) sobre este [acordo dos ministros das finanças do G20](#), visto como um passo fundamental para a implementação da [histórica reforma fiscal global](#), com 136 jurisdições a bordo, incluindo todos os membros do G20, todos os membros da OCDE e - idealmente - todos os Estados-Membros da UE.

Importa recordar que o acordo global assinado em Outubro contém dois "pilares" - um que obriga as grandes multinacionais a declarar lucros e a pagar mais nos países onde fazem negócios, e o segundo que exige uma taxa mínima global efectiva de 15% de imposto sobre as sociedades. As propostas de entrada em vigor do Pilar 1 só serão apresentadas após uma convenção multilateral contendo os pormenores do acordo, esperada pela OCDE este Verão.

As Presidências francesa e Checa do Conselho da UE pretenderam impulsionar este processo negocial nos dois últimos semestres, tendo encontrado resistências de alguns Estados-Membros (Hungria, Polónia e Estónia, e.g.), com o argumento de associação firme entre a implementação dos dois pilares em conjunto, em vez de permitir que um se antecipe ao outro. A Hungria tem mantido esta oposição, sendo que surgiram relatos esta semana da possibilidade de a Comissão Europeia fazer uma proposta de cooperação reforçada que permita avançar nesta matéria, mesmo sem a participação da Hungria, como se pode ler [aqui](#).

11. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros da Saúde

A [reunião](#) foi dividida em vários blocos temáticos, que se centraram nas prioridades da Presidência checa no domínio dos cuidados de saúde, destacando-se o debate sobre a assistência europeia ao sistema de saúde ucraniano, a vacinação, a luta contra o cancro e as conclusões da Conferência de Oncologia organizada em julho pela Presidência.

Eurogrupo

Foi debatida a [evolução macroeconómica na área do euro](#), incluindo energia, inflação e o seu impacto na política orçamental. No seu formato inclusivo, os ministros procederam a uma troca de pontos de vista sobre o euro digital. As declarações finais do Presidente do Eurogrupo estão disponíveis [aqui](#).

Reunião informal dos ministros da Economia e das Finanças

Da agenda da [reunião](#) constavam temas como os desafios colocados pelas consequências económicas da guerra na Ucrânia, política orçamental sólida para o futuro e formas de assegurar a sustentabilidade orçamental a longo prazo na UE e o desenvolvimento da área da tributação directa na UE. Nesta reunião, foi ainda adiada a votação final sobre o próximo Diretor Executivo do Mecanismo Europeu de Estabilidade, sendo os candidatos João Leão (ex- Ministro das Finanças de Portugal) e Pierre

Gramegna (ex-Ministro das Finanças do Luxemburgo), que deverá agora realizar-se a 3 de outubro, no Luxemburgo.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana terá lugar a sessão plenária do PE em Estrasburgo, destacando-se:

- [*Estado da União Europeia: debate com Ursula von der Leyen*](#) (a este respeito, chama-se a atenção para este [*briefing*](#) do think-tank do PE sobre o ponto de situação das seis prioridades políticas da Comissão Europeia)
- [*Subida dos preços da energia*](#)
- [*Energias renováveis e poupança de energia*](#)
- [*"Isto é a Europa": Primeira-ministra finlandesa Sanna Marin no Parlamento Europeu*](#)

Comissão Europeia

A [*próxima reunião*](#) do Colégio será no dia [13 de setembro](#) e será dedicada à *proibição de colocação no mercado da UE de produtos fabricados com recurso a trabalho forçado, Instrumentos de Emergência para o Mercado Único, Diretiva Ciber-Resiliência e Legislação europeia sobre a liberdade dos meios de comunicação social*

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 14.09: [Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas](#)

Bruxelas | 9 de setembro de 2022

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).